

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.824 - SP
(2019/0077923-4)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : GUILHERME DE ROSSI
ADVOGADOS : RICARDO MATUCCI - SP164780
FABRÍCIO RIBEIRO BERTELLI - SP237525
OTAVIO CIRVIDIU BARGERI - SP310231
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE CAMPINAS
PROCURADOR : ROBERTO SUSUMU UTSUNOMIYA E OUTRO(S) -
SP329704

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Guilherme de Rossi**, contra decisão de fls. 758/765, a qual negou provimento ao agravo interno, aos seguintes fundamentos: (I) não caracterização de negativa de prestação jurisdicional; (II) inviável a análise, em recurso especial, da irresignação fundada na violação a princípios constitucionais; (III) incidência da Súmula 356/STF, ante a falta de prequestionamento da matéria inserta nos arts. 3º e 108, § 1º, do CTN; (IV) impossibilidade de apreciação da matéria inserta no art. 97 do CTN, porquanto o preceito infraconstitucional é mera reprodução de dispositivo da CF; e (V) incidência da Súmula 280/STF, ante a necessidade de reexame da legislação local, na hipótese dos autos.

A parte embargante aponta contradição, sustentando, em síntese, que, *"como explicado em sede recursal, não poderia o E. TJ reconhecer a ilegalidade do lançamento do IPTU mas, mesmo assim, manter a cobrança do IPTU por meio de uma "técnica" desprovida de qualquer fundamento legal. Em outras palavras, não poderia o Tribunal Estadual atuar como legislador positivo, como ocorreria in casu. E ao agir assim, o v. acórdão fora contaminado por total NULIDADE, a qual pode ser suscitada e reconhecida de ofício, em qualquer grau de jurisdição. Reitera-se que a argumentação invocada no recurso especial visa justamente combater a violação praticada pelo E. Tribunal de Justiça, em relação à estrita legalidade tributária (legislação federal), não havendo que se falar em reexame de direito local."* (fl. 768). Ao final, pugna pelo provimento dos aclaratórios, com efeitos modificativos.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para correção de erro material. Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das referidas deficiências.

A parte embargante sustenta existir contradição no julgado, procurando fazer valer a tese de que *"ainda que a Embargante pretendesse a análise de direito local (o que não corresponde ao enfoque do recurso interposto, como visto acima), seria totalmente inaplicável a Súmula 280/STF, a qual serve como “filtro” para a interposição de recurso extraordinário."* (fl.769).

A contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado, ou seja, a incompatibilidade entre a fundamentação e o dispositivo da própria decisão. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: **EDcl no REsp 1.200.563/RJ**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/9/2012; **EDcl no AgRg no AREsp 18.784/DF**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 17/3/2012; e **EDcl no AgRg no REsp 1.224.347/SC**, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 6/12/2011. No caso, não há qualquer contradição no julgado embargado.

Com efeito, a decisão embargada não foi contraditória ao consignar que, no caso dos autos, *"não há falar em violação ao art. 489, §1º, VI, do CPC/2015, uma vez que, pela leitura do inteiro teor do acórdão embargado, depreende-se que este apreciou devidamente a matéria em debate, analisando de forma exaustiva, clara e objetiva as questões relevantes para o deslinde da controvérsia"* e *"Em segundo lugar, conclui-se que, nas razões de recurso especial interposto, conquanto o ora agravante aponte ofensa à legislação federal, o inconformismo funda-se, em verdade, na aplicação da legislação municipal (Leis nºs 11.111/2001). Assim, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.")." (fl.764), razão pela entendeu pelo desprovimento do agravo interposto.*

Como se vê, não existe omissão no julgado embargado capaz de abrir

Superior Tribunal de Justiça

pórtico para o cabimento dos embargos aclaratórios. Aliás, da própria fundamentação do recurso aclaratório apresentado pelo embargante, vê-se que sua intenção é apontar a existência de **error in iudicando**, propósito esse incompatível com a via integrativa.

Inexistente, pois, qualquer obscuridade, contradição, erro material ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. É nítido o intuito protetatório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 545.285/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 1º/8/2006).

ANTE O EXPOSTO, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator